

1. Contexto operacional

O Instituto Metodista de Educação e Cultura - IMEC, fundado em 19 de outubro de 1885, é uma associação civil, confessional, com objetivos educacionais, culturais, de assistência social e filantrópica, sem fins lucrativos e filiado à Rede Metodista de Educação, que tem por finalidade:

- I) Atuar como agência educacional da Igreja Metodista, cuja missão é a de participar da ação de Deus em seu propósito de libertar o ser humano e a sociedade de tudo o que os escraviza;
- II) Ministrando o ensino em todas as suas modalidades e níveis;
- III) Formar profissionais, técnicos e cientistas, em todos os campos do conhecimento, capazes de contribuir para o desenvolvimento do país e da humanidade;
- IV) Elaborar programas de pesquisa, estudos e documentação que forneçam subsídios para a solução de problemas regionais e nacionais;
- V) Desenvolver atividades de extensão, incluindo ações de assistência social;
- VI) Ministrando programas de desenvolvimento de pessoas e capacitação profissional;
- VII) Contribuir para a formação de uma cultura fundamentada nos princípios ético-cristãos;
- VIII) Promover-se como centro de elaboração e comunicação de cultura, de modo que responda às condições e necessidades econômicas, sociais, políticas e religiosas;
- IX) Planejar, organizar, coordenar, produzir e apoiar programas, projetos, atividades e eventos culturais;
- X) Servir às comunidades local, regional, estadual e nacional, de acordo com os objetivos e propósitos estabelecidos pela Igreja Metodista e demais órgãos decisórios do próprio IMEC, de conformidade com a legislação vigente;
- XI) Servir de organismo de consulta, assessoria e prestação de serviços a instituições de interesse público ou privado, em assuntos relativos aos diversos ramos do saber e à promoção do ser humano;
- XII) Manter intercâmbio e cooperação com outras instituições científicas e culturais nacionais ou internacionais, tendo em vista o incremento das ciências, das letras e das artes;
- XIII) Difundir a cultura física e desportiva; e
- XIV) Realizar programas, projetos e atividades correlatas.

O Instituto concentra suas atividades de educação básica no Colégio Americano (Porto Alegre) e no Colégio União (Uruguaiana).

1.2. Impostos, contribuições e programas de bolsas

(i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O Instituto, em virtude de ser um instituto sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda - RIR, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999, e o artigo 150 da Constituição Federal;

(ii) Programa de Integração Social (PIS)

O Instituto, mesmo sendo uma instituição sem fins lucrativos e filantrópica, fica sujeito a questionamentos quanto ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários, à alíquota de 1%, de acordo com a Lei nº 9.532/97; porém, por meio de Ação Judicial busca o reconhecimento da imunidade garantida pela Constituição Federal. Tal pedido, inclusive, é respaldado por decisão do Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, no Recurso Extraordinário RE 636.941 Rio Grande do Sul, que transitou em julgado perante o STF na data de 22/04/2014. Assim, até mesmo o prazo da União Federal tentar reabrir a questão via ação rescisória, está superado e precluso.

(iii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O Instituto, em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias do instituto, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03;

(iv) Contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

Devido ao Instituto possuir o Certificado de Entidade Beneficentes de Assistência Social - CEBAS vigente e ter reconhecido sua filantropia, a instituição é isenta de recolhimento da cota patronal do INSS. Em contrapartida, é requerido que o Instituto conceda bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14. A aplicação dos recursos encontra-se detalhada na nota explicativa nº 18;

(v) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)

O instituto goza de Imunidade Tributária conforme o disposto na letra "c", do inciso VI, do artigo 150, da Constituição Federal.

1.3. Situação patrimonial e financeira

Conforme apresentado nas demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2018, o instituto apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 18.777.774 (R\$ 11.283.748 em 31 de dezembro de 2017) e patrimônio líquido negativo de R\$37.918.001 (R\$ 32.625.439 em 31 de dezembro de 2017).

A Administração continua adotando uma série de medidas para equacionar a atual situação patrimonial e financeira e permitir a liquidação e/ou renegociação de suas obrigações de curto prazo e para isso mantém as estratégias já implementadas em anos anteriores, com base em seu planejamento estratégico:

- Expandir a receita pela captação de novos alunos;
- Melhorar a retenção dos alunos nos principais cursos;
- Corrigir as mensalidades a fim de estarem alinhadas aos índices de atualização dos principais custos do instituto;
- Reduzir as despesas e os custos com pessoal;
- Analisar a margem de contribuição de cada curso, avaliando semestralmente quais cursos devem ser mantidos, reduzidos ou encerrados;
- Manter o parcelamento dos tributos federais, que permite a adimplência fiscal por meio do pagamento de uma parcela mensal compatível com a realidade financeira do instituto;
- Reduzir os encargos financeiros através da captação de novos empréstimos e renegociação dos empréstimos existentes;
- Melhorar o processo de cobrança e acompanhamento das contas a receber, reduzindo o nível de inadimplência;
- Usar a evolução contínua dos processos administrativos financeiros, buscando agilizar as rotinas internas e melhorar o nível de controle do Instituto;
- Renovar e atualizar seus recursos tecnológicos;
- Adotar práticas de acompanhamento tempestivo do planejamento orçamentário.

O conjunto dessas ações faz parte do planejamento de equilíbrio econômico e financeiro da Instituição, que visa a eliminação das dívidas trabalhistas e redução de passivos tributários, bem como a redução no volume de endividamento bancário.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

Devido à crise política e econômica que o país vem enfrentando nos últimos anos e que afeta diretamente as instituições de ensino, a recuperação institucional será um processo mais lento, pois também dependerá da melhora do cenário nacional.

Além das ações elencadas acima, a Administração tem planos para alienação de bens imóveis para injetar os recursos na operação, com o objetivo de reverter o desempenho dos índices de liquidez.

A Administração do Instituto acredita que mantendo todas essas medidas e implantando outras que se fizerem necessárias, os resultados esperados serão alcançados e teremos a equalização do fluxo financeiro.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas de instituições sem fins lucrativos (Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC - ITG 2002 R1) e também pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir.

Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.2.1. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do Instituto são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Instituto.

2.2.2. Apresentação dos resultados abrangentes

As demonstrações dos resultados abrangentes referem-se à mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período resultante de transações e outros eventos que não sejam as transações de capital.

2.2.3. Reconhecimento de receitas e bolsa de estudo concedidas

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos concedidos (nota explicativa nº 19).

(i) Prestação de serviços educacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para o instituto e quando possa ser mensurada de forma confiável. As receitas com mensalidade dos alunos são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência. As receitas referem-se às mensalidades de ensino de educação básica.

(ii) Bolsas de estudos concedidas (gratuidade)

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei 12.101.

(iii) Receitas antecipadas - matrículas

As matrículas para o ano letivo subsequente são recebidas de maneira antecipada ou no encerramento do exercício. Em decorrência dessa prática peculiar ao mercado de ensino, esses valores são reconhecidos como anuidades antecipadas no passivo circulante e serão reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência, nos meses em que ocorrer a prestação dos serviços.

2.2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

2.2.5. Mensalidades a receber

As mensalidades a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e são compostas pelas mensalidades dos alunos, pelos créditos educacionais e pelos acordos celebrados das mensalidades vencidas.

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com créditos decorrentes de mensalidade, cheques a receber e renegociação, considerados de difícil realização.

2.2.7. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos os valores da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações de outros ativos são calculadas com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada conforme aplicação dos percentuais definidos na Nota Explicativa nº 09.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.2.8. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

2.2.9. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.2.10. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ('pro rata temporis').

2.2.11. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.12. Provisão para férias e 13º salário

A provisão para férias e 13º salário é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados acrescidos dos correspondentes encargos sociais.

2.2.13. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de estimativas para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

2.2.14. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2018	2017
Banco	92.362	-
Caixa	6.497	6.365
Aplicações financeiras	47	46
Total	98.905	6.410

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa e em Certificados de Depósitos Bancários. Os rendimentos foram apropriados proporcionalmente aos dias incorridos até a data de encerramento do balanço.

4. Mensalidades a receber

Descrição	2018	2017
Mensalidades a receber	1.936.821	1.643.612
Cheques Devolvidos à Tesouraria	580.002	475.926
Créditos a receber - cartão de crédito	573.478	625.350
Cheques em cobrança	138.270	165.671
Cheques a compensar	77.577	115.600
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(1.941.971)	(1.457.220)
Total	1.364.176	1.568.940

O Instituto adotou como política manter contabilizado o saldo de mensalidades escolares dos últimos quatro anos, deduzindo de estimativa para perdas calculadas em relação aos seus vencimentos. Decorridos três anos, os valores são baixados da contabilidade, porém o processo de cobrança continua.

Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

Descrição	2018	2017
Mensalidades a receber	(718.271)	(809.623)
Cheques e cobrança judicial	(1.223.700)	(647.597)
Total	(1.941.971)	(1.457.220)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

A estimativa foi constituída a partir da incerteza da realização desse ativo, para a qual foi adotado o seguinte critério em função de atraso para as mensalidades:

- Acima de 361 dias, estimativa de 100%;
- De 360 a 271 dias, estimativa de 75%;
- De 270 a 181 dias, estimativa de 50%;
- De 180 a 90 dias, estimativa de 25%; e
- Abaixo de 89 dias não constitui perda.

A estimativa sobre os cheques devolvidos foi adotado o critério de calcular sobre o montante o percentual de 100%.

5. Contas a receber

Descrição	2018	2017
Adiantamento a fornecedor	167.709	146.735
Contas a receber diversas	14.840	-
Adiantamento a funcionários	2.998	-
Adiantamento para viagem	1.270	748
Total	186.817	147.482

6. Depósitos judiciais

Descrição	2018	2017
Depósitos recursais e bloqueios judiciais	2.458.244	2.778.445
	2.458.244	2.778.445

Referem-se aos depósitos para recursos e bloqueios judiciais em contas bancárias.

7. Compromissos a receber

Descrição	2018	2017
Compromissos a receber	1.962.947	716.936
Total	1.962.947	716.936

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2017 e 2018 é relativo às operações de mútuo realizadas com Instituições Metodistas de Ensino, efetuadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas (remuneração mensal) considerando os volumes das operações e prazos de recebimentos.

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - IMEC

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

8. Investimentos

Descrição	2018	2017
Cesupa - Investimentos	14.652	95.996
Cesupa - Ágio Investimentos	-	213.900
Total	14.652	309.896

O Investimento corresponde à aquisição de 5% do Centro de Ensino Superior de Porto Alegre Ltda - Cesupa, Faculdade de Direito (Portaria nº 2.363/MEC).

Em decorrência desta participação é apurado o resultado de equivalência patrimonial. No ano de 2018 foi necessário ajustar o valor da participação correspondente ao PL do Cesupa, que resultou numa equivalência líquida negativa de R\$ 81.344 com contrapartida em perda de capital R\$ 81.480 e ganho de capital R\$ 136.

O ágio correspondia à rentabilidade futura do Curso de Direito que era oferecido no Cesupa, no entanto, em 2018 o ágio foi baixado com contrapartida em perda de capital, porque esse curso está totalmente sendo oferecido pelo IPA - Instituto de Porto Alegre, que detém 95% do capital do Cesupa.

9. Imobilizado

a. Composição dos saldos

Descrição	Taxa anual de Depreciação	2018		2017	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	624.190		624.190	624.190
Edifícios e construções	4%	1.494.018	(1.162.960)	331.058	390.819
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	1.367.496	(726.063)	641.433	694.477
Instalações	10%	35.196	(3.680)	31.516	35.035
Móveis e utensílios	10%	668.574	(529.685)	138.889	164.183
Equip. de comunicação	10%	576	(534)	42	157
Equipamentos de ensino	20%	40.607	(34.757)	5.850	7.066
Equipamentos de informática	10%	1.584.635	(1.331.795)	252.840	460.645
Bibliotecas	10%	125.448	(92.592)	32.856	42.098
Laboratório	10%	6.800	(2.418)	4.382	5.062
Máquinas e equipamentos	10%	339.739	(309.463)	30.276	34.429
Instrumentos musicais	10%	9.823	(4.351)	5.472	6.454
Imobilização em curso		2.601	-	2.601	-
Consórcio de veículos em andamento		15.730	-	15.730	-
Total		6.315.431	(4.198.298)	2.117.134	2.464.617

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - IMEC

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

b. Movimentação do custo

Descrição	2017	2018			
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Terrenos	624.190	-	-	-	624.190
Instalações	35.196	-	-	-	35.196
Edifícios e construções	1.494.018	-	-	-	1.494.018
Benfeitorias em bens de terceiros	1.367.496	-	-	-	1.367.496
Móveis e utensílios	665.026	3.547	-	-	668.574
Equipamentos de comunicação	576	-	-	-	576
Equipamentos de ensino	40.607	-	-	-	40.607
Equipamentos de informática	1.584.635	-	-	-	1.584.635
Bibliotecas	125.448	-	-	-	125.448
Laboratório	6.800	-	-	-	6.800
Máquinas e equipamentos	336.995	2.744	-	-	339.739
Instrumentos musicais	9.823	-	-	-	9.823
Imobilização em curso	-	2.601	-	-	2.601
Consórcio de veículos em andamento	-	15.730	-	-	15.730
Total	6.290.810	24.622	-	-	6.315.431

10. Intangível

a. Composição dos saldos

Descrição	Taxa anual de amortização	2018			2017
		Custos	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Direito de uso de software	20%	169.931	(109.018)	60.913	56.807
Implantação de novos cursos		1.500.000	(1.500.000)	-	-
Total		1.669.931	(1.609.018)	60.913	56.807

b. Movimentação do custo

Descrição	2017	2018			
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Direitos de uso de software	169.931	-	-	-	169.931
Implantação de novos cursos	1.500.000	-	-	-	1.500.000
Total	1.669.931	-	-	-	1.669.931

11. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Tipo	Tx. de juros	Vencimento	Garantias	2018	2017
Circulante						
Banrisul	Cap. De Giro	0,65% a.m	09/2018		-	108.604
Banrisul	Cap. De Giro	0,65% a.m	09/2018		-	116.181
Banrisul	Cap. De Giro	0,65% a.m	09/2018		-	189.425
Banrisul	Cap. De Giro	0,65% a.m	11/2019	Recebíveis	69.253	89.157
Banrisul	Cap. De Giro	0,65% a.m	01/2020	Recebíveis	328.729	-
Banrisul	Cap. De Giro	0,65% a.m	02/2020	Recebíveis	252.874	-
Total					650.856	503.366
Não circulante						
Banrisul	Cap. De Giro	0,65% a.m	11/2019	Recebíveis	-	68.750
Banrisul	Cap. De Giro	0,65% a.m	01/2020	Recebíveis	54.788	-
Banrisul	Cap. De Giro	0,65% a.m	02/2020	Recebíveis	42.146	-
Total					96.934	68.750

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - IMEC

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

12. Obrigações trabalhistas

Descrição	2018	2017
INSS a recolher	4.842.636	1.337.484
Acordo trabalhista	2.895.927	646.375
FGTS a recolher	2.173.617	1.360.590
Provisão de férias	987.007	938.569
Salários e ordenados	486.772	545.041
Rescisões e homologações	346.589	312.474
Mensalidades sindical a recolher	201.792	105.863
Contribuição assistencial	89.544	50.667
Provisão de FGTS férias	61.224	74.838
Consignações Financeiras de empregados	62.010	230.288
Serviços avulsos s/ vínculo	21.505	54.031
Estagiários	16.200	17.555
Contribuição sindical a recolher	2.864	2.164
Pensão alimentícia	2.328	2.796
Provisão de 13º salário	-	176.527
Total	12.190.016	5.855.262

Devido ao processo de reestruturação administrativa e acadêmica do Instituto, houve um aumento dos valores a recolher, para sanar essas obrigações serão pleiteados parcelamentos. Os parcelamentos com incidência nas regras constantes do artigo 9º da Lei 13.496/2017, serão objetos de repactuação.

13. Obrigações tributárias

Descrição	2018	2017
IRRF a recolher s/ salários	1.669.503	802.865
INSS a recolher s/ serviços	132.025	87.812
Pis / Cofins / CS s/ Serviços - Lei nº 10.833	43.160	26.725
ISS s/ serviços	32.468	20.926
IRRF a recolher s/ serviços	12.678	7.264
Total	1.889.835	945.592

Face à sua condição de liquidez, o Instituto deixou de efetivar o recolhimento de parte das retenções de tributos federais. Para sanar as referidas obrigações pleiteia parcelamentos junto aos órgãos fiscais. Os parcelamentos com incidência nas regras constantes do artigo 9º da Lei 13.496/2017, serão objetos de repactuação.

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - IMEC

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

14. Parcelamentos

Descrição	Circulante		Não Circulante	
	2018	2017	2018	2017
FGTS (a)	126.762	93.737	470.354	530.514
Parcelamentos PERT (b)	337.404	243.468	3.712.974	3.688.324
	<u>464.166</u>	<u>337.205</u>	<u>4.183.328</u>	<u>4.218.838</u>

- (a) No exercício de 2010, o Instituto obteve autorização para o parcelamento dos valores referentes ao FGTS do período de vigência de 2002 a 2008. O parcelamento foi efetuado em 180 prestações, que são atualizadas conforme previsto na Lei nº 8.036/90;
- (b) Em novembro de 2017, a Instituição aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496/2017, de 24 de outubro de 2017, abrangendo débitos de natureza tributária e não tributária, vencidos até 30 de abril de 2017, inclusive aqueles objetos de parcelamentos anteriores. Devido à incidência constante nas regras do artigo 9º do parcelamento, o mesmo será objeto de repactuação.

15. Provisão para demandas judiciais

Nas datas das demonstrações contábeis, o Instituto apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

Descrição	2018			2017		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Trabalhistas CP	1.281.906	(122.382)	1.159.524	2.430.000	-	2.430.000
Tributárias CP	412.303	(2.880)	409.424	-	-	-
Cíveis CP	32.465	-	32.465	32.465	-	32.465
Total CP	<u>1.726.674</u>	<u>(125.261)</u>	<u>1.601.413</u>	<u>2.462.465</u>	<u>-</u>	<u>2.462.465</u>
Trabalhistas LP	970.629	(70.358)	900.271	2.067.546	(515.821)	1.551.725
Tributárias LP	-	(2.262.624)	(2.262.624)	11.215	-	11.215
Cíveis LP	110.921	-	110.921	-	(2.262.624)	(2.262.624)
Total LP	<u>1.081.551</u>	<u>(2.332.982)</u>	<u>(1.251.432)</u>	<u>2.078.761</u>	<u>(2.778.445)</u>	<u>(699.684)</u>
Total	<u>2.808.225</u>	<u>(2.458.244)</u>	<u>349.981</u>	<u>4.541.226</u>	<u>(2.778.445)</u>	<u>1.762.781</u>

A movimentação da provisão no exercício de 2018 está demonstrada a seguir:

	Valor (R\$)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>4.541.226</u>
Baixas Líquidas	<u>(1.733.001)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>2.808.225</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

15.1. Natureza das contingências

O Instituto é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, e amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

15.2. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O Instituto com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não tem ações envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis.

16. Compromissos a pagar

Descrição	2018	2017
Compromissos a pagar	20.392.303	21.302.043

O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é relativo às operações de mútuo realizadas com Instituições Metodista de Ensino, efetuadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas (remuneração mensal) considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

17. Patrimônio social

O patrimônio é constituído de bens, direitos, obrigações de qualquer natureza e por déficit e superávit acumulados desde a data de sua constituição os quais são mensurados e registrados com obediência à legislação específica aplicável e às práticas contábeis adotadas no Brasil.

18. Gratuidades através de bolsas de estudo

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei nº 12.101:

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - IMEC

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

	2018	2017
	Educação Básica	Educação Básica
Quantidade de alunos		
Número de alunos matriculados	1501	1420
Número de alunos pagantes	1264	1092
Quantidade de bolsistas gratuidade		
Bolsistas Integrais (100%)	236	211
Bolsistas Parciais (50%)	64	53
Total bolsistas	300	264
	2018	2017
	Educação Básica	Educação Básica
Bolsas Gratuidade		
Bolsas Integrais (100%)	3.233.052	3.184.240
Recursos próprios	3.233.052	3.184.240
Bolsas Parciais (50%)	394.750	357.196
Recursos próprios	394.750	357.196
Valor total de Gratuidades	3.627.802	3.541.436
Outras Bolsas (não atendem o perfil da filantropia)		
Educação Básica e Superior		
Outras Bolsas Integrais (100%)	14.010	2.347
Outras Bolsas Parciais (50%)	538.510	609.161
	552.520	611.508
Valor total de Outras Bolsas	552.520	611.508

19. Receita operacional líquida

	2018	2017
Receita bruta	24.757.789	23.754.021
Receita de ensino	24.532.611	23.728.164
Receita administrativa	225.178	25.857
Deduções da receita	(5.736.822)	(5.656.733)
Bolsas gratuidade	(3.541.436)	(3.627.802)
Outras Bolsas	(611.508)	(552.520)
Descontos concedidos	(1.583.878)	(1.476.410)
Receita líquida	19.020.967	18.097.288

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - IMEC

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

20. Custo dos serviços prestados

	2018	2017
Salários	(7.405.252)	(8.149.878)
Encargos e Benefícios	(504.438)	(554.172)
Serviços de Terceiros e Estagiários	(215.756)	(211.348)
Depreciação e Amortização	(30.515)	(30.549)
Despesas gerais e administrativas	(3.427)	(38.599)
Outras despesas operacionais	(13.323)	(26.251)
	(8.172.711)	(9.010.796)

21. Despesas com pessoal

	2018	2017
Salários	(2.972.558)	(2.942.068)
Encargos e Benefícios	(1.357.801)	(1.309.830)
Serviços de Terceiros e Estagiários	(106.027)	(120.846)
	(4.436.386)	(4.372.745)

22. Despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Energia Elétrica	(260.719)	(202.750)
Material de Uso e Consumo	(181.579)	(159.193)
Manutenção e Conservação	(180.649)	(194.436)
Água	(165.974)	(156.352)
Telecomunicações	(92.837)	(80.588)
Outras despesas	(75.730)	(44.635)
Material Didático	(70.957)	(23.300)
Propaganda e Publicidade	(65.109)	(54.811)
Serviços de Terceiros	(57.849)	(34.276)
Transporte em geral	(18.152)	(8.240)
Impostos e Taxas	(15.597)	(46.367)
Material Clínico Hospitalar	(11.435)	(23.167)
	(1.196.587)	(1.028.116)

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - IMEC

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

23. Outras despesas operacionais

	2018	2017
Outras despesas operacionais	(272.327)	(388.102)
Licença e manutenção do uso de softworks	(240.393)	(231.572)
Lanches e Refeições	(225.161)	(141.487)
Alugueis	(70.773)	(391.687)
Serviços graficos	(35.931)	(49.103)
Consultorias	(5.120)	(23.461)
Viagens e Estadias	(1.829)	(4.385)
Contribuições a Associações	2.947	(61.579)
Total	(848.586)	(1.291.375)

24. Despesas financeiras

	2018	2017
Juros e Multas Passivas	4.122.648	3.578.837
Juros e Multas Passivas - Parcelamentos	2.188.352	(1.805.597)
Despesas Bancárias	362.885	252.282
Iof/loc	8.206	177
I.R.R.F. S/Operações Financeiras	3.031	3.921
Descontos Concedidos	1.682	1.492
Total	6.686.805	2.031.113

25. Receitas financeiras

	2018	2017
Juros ativo e multa	194.305	137.430
Descontos Obtidos	5.110	1.142
Rendimentos s/ Aplicações	1	2
Total	199.416	138.574

26. Instrumentos financeiros derivativos

O instituto classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

O instituto classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e lucros a pagar, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

27. Seguros (não auditado)

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

O Instituto possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com os outros institutos de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da autoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

28. Declarações de Impostos e contribuições

As declarações de Imposto de Renda relativas aos cinco últimos exercícios estão sujeitas a eventual revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais. Outros impostos, contribuições e encargos, inclusive trabalhistas e previdenciários, permanecem em aberto para revisão por períodos variáveis de tempo.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)**

29. Eventos subsequente

Em função do recebimento de novas ações judiciais, após o fechamento do balanço, o instituto estima um acréscimo de contingências com perda provável, no montante R\$ 1.194.079, não ocorrendo outros eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações do Instituto.

30. Aprovação para emissão das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram aprovadas para emissão pelo Conselho de administração e diretoria geral em reunião realizada em 29 de novembro de 2019.

Robson Ramos de Aguiar
Diretor Geral

Angela Maria Quartarolo Gallo
Contadora
CRC 1SP 198145/O-3

As demonstrações contábeis foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independes SS - CRC 2SP 013846/O-1, com parecer emitido em 29/11/2019.